

Estudo Técnico Preliminar 12/2020

1. Informações Básicas

Número do processo: 08096.006267/2018-38

2. Descrição da necessidade

A justificativa da contratação foi exposta no item 1 do Documento de Formalização da Demanda - DFD - número 15891972, estando acordo com o Plano de Necessidades 15510801, conforme exposto a seguir:

Atualmente a Delegacia de Polícia Federal em Cascavel/PR - DPF/CAC/PR, tem sua sede dividida em três imóveis: um imóvel próprio, um imóvel locado e pago pela PF e um imóvel locado e pago pela Prefeitura Municipal de Cascavel/PR, através de convênio;

O prédio atual onde está sediada a Delegacia de Polícia Federal em Cascavel/PR - DPF/CAC/PR - esta cedido em regime de comodato à Polícia Federal e apresenta diversos problemas estruturais tais como infiltrações, instalações em desacordo com as normas de acessibilidade, de prevenção e combate contra incêndio e demais normas que regem o correto sistema construtivo de uma edificação. Possui salas reaproveitadas e de acesso restrito pela modulação da edificação. Trata-se um prédio com dois pavimentos, sem condição de ampliações e apresentando algumas deficiências, tais como:

A área disponibilizada para estacionamento das viaturas é limitada, não dispondo de espaço suficiente para a guarda de todos os veículos apreendidos e para estacionar todos os veículos dos servidores e terceirizados;

Inexistência de local para armazenar armas e munições;

Falta de sigilo das atividades corriqueiras em decorrência da acústica da edificação;

Segurança orgânica precária;

Distante de outros órgãos públicos, principalmente órgãos federais;

Ambientes insalubres, devido à ausência de iluminação e ventilação natural, somados aos recorrentes problemas de infiltrações;

Limitado número de salas;

Falta de centro de treinamento continuado de tiro como premissa para aperfeiçoamento dos policiais e exames/testes de armas, munições e explosivos;

Falta de espaço na recepção, casos em que ocorre aglomeração de pessoas na recepção restringindo a movimentação;

Entradas e saídas restritas e única para acesso do público, dos servidores e dos conduzidos em prisões em flagrante;

Local de custódia provisória de presos precária;

Copa única e restrita.

As outras duas edificações que são utilizadas para sediar as demais unidades subordinadas da DPF /CAC/PR, sendo elas N.O. e Pátio de Veículos apreendidos são alugadas, sendo um imóvel pago pela Prefeitura de Cascavel/PR e o outro pago pela PF, gerando ônus à Administração Pública, e também apresentam diversos problemas estruturais tais como infiltrações, instalações em desacordo com as normas de acessibilidade, de prevenção e combate contra incêndio e demais normas que regem o correto sistema construtivo de uma edificação.

É alta a demanda de serviço prestado pela DPF/CAC/PR, localizada em um importante ponto estratégico de combate ao crime organizado;

A faixa de fronteira é uma das principais entradas do tráfico internacional de drogas e contrabando do estado do Paraná e principalmente do Brasil.

A DPF/CAC/PR atuando na região, possibilita inibir a entrada de ilícitos e, consequentemente, combater o crime organizado, necessitando assim de modernas instalações e em conformidade com as demandas da unidade;

A DPF/CAC/PR esta sediada na quinta maior cidade do estado do Paraná, sendo a décima segunda maior cidade da Região Sul com 2.100,831 Km², constituída por 319,608 mil habitantes apenas no município de Cascavel/PR, sendo 94,35% predominantemente da área urbana (IBGE, 2018);

A DPF/CAC/PR necessita de depósito de materiais apreendidos e entorpecentes, visto que a região é rota do crime organizado, provenientes dos países vizinhos;

É de suma importância para a saúde do servidor e a manutenção da plena operacionalidade daqueles que integrem essa descentralizada, que haja um local de treinamento físico;

Ainda pode-se justificar a contratação por três aspectos: **funcional, técnico e normativo**.

Aspecto Funcional - Necessidade de adequado funcionamento dos sistemas da Polícia Federal, como um meio para que a mesma atinja os seus propósitos fins:

O Estado Democrático deve assegurar ao cidadão (brasileiro ou estrangeiro) residente no país, o respeito a sua integridade física e patrimonial. Para cumprir essa função, o Estado-Administração tem a sua disposição os órgãos policiais, que também podem ser denominados Forças de Segurança. Os agentes policiais atuam na preservação da ordem pública em seus diversos aspectos, garantindo aos administrados os direitos assegurados pela Constituição Federal.

Segundo o art. 144, caput, CF, “A segurança pública dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I. Polícia Federal; II. Polícia Rodoviária Federal; III. Polícia Ferroviária Federal; IV. Polícias Civis; V. Polícias Militares e Corpos de Bombeiros militares”.

A Polícia Federal merece especial atenção, pois diferente das outras forças policiais ela exerce com exclusividade o papel de Polícia Judiciária da União, aumentando então sua responsabilidade como agente central da democracia.

A missão da Polícia Federal é garantir ao cidadão o exercício dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal e nos instrumentos internacionais subscritos pelo Brasil (art. 5º, § 2º, da CF). Essa atividade exige preparo dos integrantes das Corporações Policiais e capacidade operacional para pronto atendimento.

A contratação em tela é necessária para elaboração dos projetos que embasarão a execução da nova sede da DPF/CAC/PR, e como citado anteriormente, a Polícia Federal tem que estar pronta para assegurar o exercício dos direitos e garantias fundamentais ao cidadão, neste contexto, a falta de qualquer um dos sistemas objetos do contrato acarreta em perda operacional desta corporação.

Ainda nesse sentido à não contratação do presente estudo traz prejuízo ao andamento dos trabalhos do Órgão, bem como os inevitáveis transtornos que tal interrupção indubitavelmente causaria a terceiros interessados – vale dizer, à população que se utiliza dos serviços por exemplo, expedição de passaporte, processos relativos a estrangeiros; registro, porte e devolução de armas de fogo; segurança privada; produtos químicos; oitivas; entre outros.

Aspecto Técnico – Necessidade da contratação visa atender a elaboração dos projetos executivos da nova sede da DPF/CAC/PR:

À execução de uma obra, é necessário projetos que exigem conhecimentos técnicos especializados de forma a garantir sua perfeita elaboração. Entre estes projetos, pode ser

citado os estruturais, elétricos, hidráulicos, de prevenção e combate contra incêndio, ar condicionado, acústico e outros no mesmo grau de complexidade, mantendo um adequado padrão operacional.

Considerando que a Polícia Federal não dispõe em seu quadro funcional de pessoal específico com expertise para elaboração de todos os projetos descritos, e também que tais atividades não constituem objeto da instituição, justifica-se a contratação de empresa de Engenharia e Arquitetura para elaborar os projetos (em plataforma BIM) e serviços para a construção da nova sede da Polícia Federal em Cascavel/PR, incluindo a aprovação em todos os órgãos fiscalizatórios, prezando pela economicidade dos investimentos, consoante o Decreto nº 9.507 /2018 e Instrução Normativa n.º 05/2017-MPOG.

Aspecto Normativo – Necessidade da contratação para atender as normas e decretos existentes no tocante à eficiência no consumo de energia elétrica em órgãos públicos:

Tendo em vista o programa de etiquetagem energética de edifícios públicos, PBE Edifica, e Instrução Normativa nº 2 (04/06/2014) / SLTI que dispõe sobre as regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, e uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nos projetos e respectivas edificações públicas federais novas ou que recebam retrofit, o contrato de manutenção visa também a eficiência energética no uso dos sistemas.

Em vista do exposto, configura extremamente necessária a elaboração dos projetos para a consequente execução da nova sede da Delegacia de Polícia Federal em Cascavel/PR, para atender com a máxima eficiência às demandas dessa unidade policial.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|-------------------|-------------------------------|
| DPF/CAC/PR | DPF EVERTON DE OLIVEIRA MANSO |

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Natureza da Contratação:

Contratação de empresa especializada em **ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS, EM PLATAFORMA BIM (Building Information Modeling), DA DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CASCÁVEL/PR**, conforme condições previstas neste Termo de Referência e Anexos.

Pela natureza do objeto desta Contratação, o serviço é classificado como não continuado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

Os requisitos da contratação em sentido estrito estarão devidamente enumerados no Edital da licitação, no Termo de Referência e demais anexos do Edital.

Além da documentação necessária, conforme legislação vigente e edital, a(s) Licitante(s) deverá (ão) apresentar a seguinte documentação complementar e atentar-se para os seguintes requisitos:

Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e/ou Atestado de Capacidade Técnica-Operacional devidamente registrado no CREA, feito em papel timbrado da empresa emitente ou com o carimbo da mesma, indicando endereço e telefone da emitente, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que atestem execução de serviços de projetos executivos em edificações de área mínima de **3.008,97 m² (Três mil e oito metros quadrados e noventa e sete centímetros quadrados)**, de projetos para cada uma das especialidades solicitadas, sendo dentre elas: arquitetura e urbanismo, fundação, estrutural, instalações elétricas, instalações hidrossanitárias, impermeabilização, subestação de entrada de energia elétrica,

rede de dados e de comunicação (voz), SPDA, CFTV, PPCI, alarme, telecomunicações, automação e inteligência predial e instalações mecânicas de climatização, central de água gelada e transporte vertical, todos executados na plataforma BIM (Building Information Modelling), contendo o respectivo caderno de encargos, especificações e normas técnicas; memoriais descritivos e de cálculos; quantitativos; cronograma físico e financeiro. Todos os projetos e documentos complementares estão descritos minuciosamente no Termo de Referência e seus anexos

Observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso concreto;

Estrito cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto da fase interna quanto da fase externa da licitação;

Duração Inicial do Contrato:

O contrato terá duração inicial de 180 (cento e oitenta) dias, sendo prorrogável na forma do art. 57, II, da Lei de Licitações, desde que justificadamente.

Sustentabilidade:

Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;

Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória;

Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual;

Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

A empresa ou o consórcio de empresa que vier a ser contratado também adotará as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 08 de outubro de 2003;

Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

Realizar programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Transição Contratual:

Em razão de se tratar de serviço de contratação de projetos classificado como serviço de natureza intelectual, há necessidade de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

Relevância dos requisitos estipulados:

A solução de serviços cuja contratação se pretende – a saber: a) Contratação de empresa especializada em engenharia ou arquitetura para elaboração de todos os projetos e documentações correlatas necessários à construção da nova sede da PF em Cascavel/PR – possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser descritos objetivamente, em perfeita conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado, enquadrando-se, assim, na definição legal de serviço comum (§ 2º do art. 3º do Decreto nº 3.555/2000, parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/2002 e art. 14 da IN nº 05/2017-MPOG). Portanto, a seleção da empresa ou do consórcio que prestará o serviço à Polícia Federal poderá se dar por meio de Pregão Eletrônico (PE).

Em pesquisa realizada na internet a respeito de licitações semelhantes ao objeto desta contratação, chegou-se a planilha a seguir:

| ÓRGÃO | DESCRIÇÃO | MODALIDADE | NÚMERO |
|----------------------------------|--|-------------------|----------|
| Prefeitura Municipal de Araguari | Registro de preços para contratação de empresa especializada em arquitetura, urbanismo e engenharia para a prestação de serviços de consultoria técnica e elaboração de projetos de arquitetura, urbanismo, complementares de engenharia, levantamentos em campo, elaboração de planilhas orçamentárias, assessoria, e demais documentos técnicos, para execução de obras, objetivando em atender as secretarias municipais de meio ambiente, educação e planejamento orçamento e habitação. | Pregão presencial | 166/2018 |
| | O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA | | |

| | | | |
|---|---|-------------------|----------|
| Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia | PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS NO SEGMENTO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA ESPECIALIZADA, destinados a atender ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - Campus Porto Velho Calama, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos | Pregão eletrônico | 07/2019 |
| Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. - CEASA - DF | Contratação de uma empresa de Engenharia/Arquitetura especializada em elaboração de projetos referente: Arquitetura, Estrutura Metálica, Fundações, Drenagem Pluvial, Instalações Elétricas e SPDA, Combate a Incêndio e Elaboração de Orçamento. Sendo projetos básico e executivo, com a finalidade de construir novas coberturas dos pavilhões desta Ceasa/DF. | Pregão eletrônico | 26/2018 |
| Prefeitura Municipal de Bela Vista de Goiás | Visa o presente certame, contratação de empresa especializada para consultoria e elaboração de projetos executivos e complementares de engenharia, para o departamento Engenharia Arquitetura e Convênios da Prefeitura Municipal de Bela Vista de Goiás | Convite | 001/2020 |

Como se observa na tabela acima, os serviços licitados se assemelham ao ora pretendido pela PF. A modalidade que foi mais utilizada foi o pregão eletrônico e tipo de empreitada foi o de preço global.

O Decreto nº 10.024/2019, determina que o **pregão eletrônico** se tornou a modalidade de adoção obrigatória no âmbito da União. Não apenas para todos os órgãos da Administração Federal Direta e Indireta, mas também para os demais órgãos controlados direta ou indiretamente pela União, quando o objeto for considerado comum.

Nesse sentido, quando não for possível a adoção do **pregão eletrônico**, deve ser realizado o pregão presencial, mas isso apenas mediante justificativa de inviabilidade da utilização do eletrônico.

Logo a modalidade mais indicada para esta contratação é pregão eletrônico com empreitada global por menor preço.

Por fim, o serviço é classificado como especializado de engenharia ou arquitetura com certa complexidade, não sendo considerado limitador da participação de demais empresas especializadas no ramo. Assim, temos por bem manter os requisitos da contratação pretendida, visto que não são restritivos, mas sim essenciais à qualidade do serviço que se espera com a contratação.

5. Levantamento de Mercado

Cada projeto cria um produto, serviço ou resultado exclusivo. Embora elementos repetitivos possam estar presentes em algumas entregas do projeto, essa repetição não muda a singularidade fundamental do trabalho do projeto.

Essa característica de unicidade dos projetos lhes confere um determinado grau de incerteza. Devido a isso, os projetos geralmente são divididos em fases para facilitar sua concepção e gerenciamento.

Os projetos para construção, reforma ou ampliação de um empreendimento geralmente são elaborados em etapas sucessivas, conhecidas como ciclo de vida de um projeto. Segundo essa abordagem conceitual, cada etapa deverá ser desenvolvida de forma que guarde sintonia com as demais etapas, tenha consistência material, atenda às diretrizes gerais do programa de necessidades e dos estudos de viabilidade e aos requisitos das normas a ela aplicáveis.

O gerenciamento de um projeto de grande porte é muito complexo, dificultando a compreensão de todas as ações que precisam ser tomadas, para planejar e executar com sucesso o projeto. Para se ter um perfeito entendimento do significado de cada parte e da forma como ela se encaixa no cenário do projeto, torna-se necessária a divisão do projeto em partes. Este procedimento possibilita um melhor entendimento das diversas partes do projeto, seus pacotes de trabalho, seus fluxos lógicos de atividades, bem como das fases que ele percorrerá em sua evolução, crescimento e declínio (Cleland, 1994).

Com base nisso vale destacar algumas modalidades de contrato de contrato, conforme exposto a seguir.

Design-Bid-Build (DBB):

De acordo com Beck (2002), nesta modalidade de contrato, aloca-se ao proprietário o risco maior do empreendimento, além de assumir a responsabilidade de comissionar a planta, fazer o *start-up* e conduzir a operação. O proprietário assume o gerenciamento integral, e contrata, separadamente, os serviços de engenharia, equipamentos e materiais e a construção. O projetista e a construtora não agem de maneira integrada, assim como após a operação;

O benefício maior dos contratos DBB é que o projeto começa a partir de um relatório de viabilidade, um levantamento de custo (orçamento) e projeto básico; segue-se o projeto executivo, onde ficam definidos os custos e benefícios do projeto;

É o caso típico das obras licitadas pelos órgãos governamentais, tanto federal, estaduais ou municipais, conforme Lei 8.666, cujo vencedor é aquele de menor preço;

As preocupações destes contratos são várias, podendo citar o tempo de implantação do empreendimento, a qualificação por menor preço, pois pode comprometer a qualidade e, devido o menor custo, há prejuízo no uso de novas tecnologias nos projetos.

Design-Build (DB):

Nesta modalidade, são contratados o projeto e a sua construção. Ele pode ser dividido em dois tipos, sendo que no primeiro tipo o contratante se baseia na experiência e qualificação do contratado, enquanto que no segundo tipo, se baseia na combinação de qualificação e preço. Cabe ao contratado agregar uma empresa de construção e outra projetista, formando um conjunto único, porém, o contrato será somente com o DB;

Cabe ao proprietário do empreendimento definir o projeto básico, ficando para o contratado o desenvolvimento do projeto executivo e a construção;

Normalmente o critério de pagamento é por preço global, garantido por seguro de risco e fiança bancária. O dono do empreendimento pode utilizar uma equipe pequena para fiscalizar o andamento da obra e aprovar os pagamentos. Os benefícios da modalidade DB é que a responsabilidade perante o contratante é de apenas um agente, o que reduz em muito disputas e reivindicações;

Além disso, face o projeto e a construção estar sob um mesmo gerenciamento, reduz atritos e quase sempre resulta em economia de tempo, reduzindo o cronograma, resultando em ganho para o contratante e bônus para o contratado. As preocupações maiores são, além da qualidade, a questão do seguro garantia, pois há riscos tanto do contratante como do contratado. Há a necessidade de obtenção de licenças para implantação do empreendimento, sendo esta uma responsabilidade do contratado. Uma alternativa para esta preocupação é o 50 contratante trazer para si esta responsabilidade. Outra desvantagem é sacrificar o projeto em função da redução de custos.

Engineer-at-Risk (EAR):

A modalidade EAR é uma variação da modalidade DB. Neste caso, o risco é quase que totalmente assumido pelo contratante. Estruturalmente, o contrato tipo EAR é semelhante ao DB e a sua contratação é resultado de uma combinação de qualificações, onde o preço apresentado é de total responsabilidade (riscos) do contratante. Cabe ao proprietário definir os critérios do projeto, antes de contratar o EAR. As condições comerciais estipulam programas de garantias globais por parte do contratante EAR;

As vantagens dos contratos EAR é que os projetos têm definidos, com antecedência - projeto básico, os critérios básicos do empreendimento. Outra vantagem é que esse tipo de contrato oferece os benefícios de um contrato tipo DB, associado ao fato de assumir os riscos do negócio.

Design-Build-Operate (DBO)

Neste caso, o proprietário contrata o projeto, a construção e a operação. Cabe ao contratado a responsabilidade total sobre o projeto, construção, comissionamento, testes de aceitação e operação do empreendimento no longo prazo;

O contrato tipo DBO é tipicamente baseado na liberação dos recursos financeiros pelo proprietário ao contratado, que se responsabiliza por todas as etapas da obra. Geralmente cabe a um dos participantes do consórcio, honrar financeiramente as garantias do empreendimento;

A garantia de desempenho é um contrato entre o proprietário do empreendimento e o fiador do projeto, normalmente um dos consorciados. Vários são os benefícios do DBO, iniciando pelo fato de ser ter um único responsável pelo projeto, construção e operação. Por ser um único responsável, este pode atuar reduzindo custos e prazos; há permissão ou liberação da projetista e do construtor na busca de novas tecnologias; possibilidade de desenvolvimento paralelo do projeto e construção, com isto reduzindo os prazos e maior facilidade de obter com antecedência o custo real do projeto;

As preocupações em relação a essa modalidade podem ser assim resumidas: (i) o proprietário do projeto perde o controle dos detalhes da construção, dos prazos e do planejamento da operação; (ii) as propostas, pela sua complexidade, apresentam valores elevados, quer dizer, altos custos; e (iii) o proprietário permanece longe do que está ocorrendo no dia-a-dia da operação do projeto.

Builder-Owner-Operate-Transfer (BOOT)

Nesta modalidade, ao vencer uma licitação, a empresa projeta, constrói, opera e vende ao agente um certo produto, por uma tarifa e prazo definidos. Nos projetos do tipo BOOT, os contratados são geralmente pré-qualificados e a seleção final é feita pelo preço e ou tarifa oferecida;

O modelo BOOT é semelhante ao DBO, sendo que as principais diferenças são que no BOOT o vendedor financia o projeto, baseado no mecanismo “take-or-pay”, ou seja, se paga pelo contrato, tenha ou não utilizado todo o produto contratado. É um pacote de risco. O maior benefício é que os riscos ficam com o vendedor do BOOT;

As preocupações com contratos desta modalidade incluem a redução da fiscalização do proprietário nos detalhes do empreendimento, os altos custos das propostas podem limitar o número de participantes e, finalizando, exigências de padrões elevados de operação e manutenção, visando proteger ao máximo a vida útil do empreendimento.

Engineering, Procurement, Construction (EPC)

Para a execução de um empreendimento o cliente idealizador do projeto geralmente realiza a contratação de uma ou mais empresas que irão planejar, projetar e executar as tarefas necessárias para conclusão do projeto. No mercado são aplicadas várias modalidades de contratação, diferindo entre si principalmente pelo risco que cada uma das partes assume (contratante e contratada);

Há um somatório de informações quando nos referimos a um projeto tendo como modalidade de contratação Engineering, Procurement, Construction (EPC). Na prática, ao se referir a essa modalidade de contrato, significa informar que a área de aplicação ou de negócios é a área de engenharia e construção e que o contratado tem a responsabilidade de entregar ao contratante o produto (objeto do contrato ou projeto) pronto para ser utilizado, ou seja, entregar “a chave na mão (turnkey)” do contratante que, por sua vez, terá que pagar ao contratado um montante já previamente definido (preço fixo ou preço global);

Segundo Wade (2005), para a *Fédération Internationale des Ingénieurs Conseils* (FIDIC) que define e publica padrões para contratos do setor de engenharia e construção, os projetos regidos por contratos EPC Turnkey têm as seguintes características:

- a responsabilidade pelo design fica somente com a contratada;

- o contratante prove os requisitos segundo os quais a contratada projeta;

- a contratada realiza todo processo de Engineering, Procurement, Construction (EPC)), provendo as instalações plenamente equipadas e prontas para operação (*turnkey*);

- o contrato é do tipo preço global.

Para eles, o projeto de construção segundo um contrato EPC é apenas uma parte de um complicado empreendimento comercial, no qual a duração e o custo são elementos críticos para os financiadores. Portanto, erros (financeiros, dentre outros riscos) podem impactar o resultado esperado. Por outro lado,

a contratada ao assumir a responsabilidade por uma ampla gama de riscos demandará a contrapartida equivalente e que pode impactar a própria viabilidade do projeto;

Segundo Fontoura (2006), além da abrangência EPC “completa”, definida pelo FIDIC, a abrangência do objeto dos contratos na construção pesada pode variar. A título de ilustração, citam-se duas situações:

apenas a parte de “construção” é contratada: nesse caso o contrato contemplaria simplesmente a parte de construção civil e de montagem de componentes eletromecânicos. Os serviços de elaboração do projeto básico e/ou executivo e serviços correlatos, tais como sondagens, ensaios e testes de laboratório, assim como o fornecimento dos componentes eletromecânicos, ficariam sob a responsabilidade da contratante;

as partes de “engenharia” e “construção” (também chamadas de “Design and Build - DB”) são contratadas: nesse caso, além dos serviços de elaboração dos projetos básico e executivo, da construção civil e da montagem eletromecânica, a parte contratada também seria responsável pelo anteprojeto de engenharia. O fornecimento dos componentes ficaria sob a responsabilidade da parte contratante.

Considerando a necessidade da Administração, a análise do mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, dado que as atividades que se busca contratar são de caráter acessório e, por isso, preferencialmente objeto de execução indireta.

Ainda que assim não fosse, a realização de concurso para provimento de servidores foge à alçada da unidade e seria, de todo modo, antieconômica e ineficiente pois desviaria servidores de suas atribuições originais. Pelo exposto, justifica-se a contratação como a solução mais eficiente e eficaz para a demanda da Administração.

Em razão de o GTED/DPF/FIG/PR não possuir servidores suficientes e com formação adequada nas diversas áreas de engenharias para a elaboração de todos os projetos necessários à execução da obra, faz-se imperioso a contratação de empresa para elaboração projetos e posteriormente a nova contratação para execução da obra. Sendo assim a solução de mercado mais adequada ao objeto desta licitação é a **Design-Bid-Build (DBB)**.

6. Descrição da solução como um todo

A empresa que vencer o processo licitatório deverá, com a técnica adequada, e com todos os insumos, mão de obra e equipamentos necessários, executar os serviços de elaboração de todos os projetos necessários para construção da nova sede da Polícia Federal no município de Cascavel/PR, a contar:

Levantamento Topográfico do terreno;

Sondagem do solo;

Projeto de Terraplenagem;

Projeto de Arquitetura:

Estudo Preliminar (EPR);

Projeto de Arquitetura Executivo (ARQ);

Projeto de Arquitetura Ambientação (AMB);

Projeto de Arquitetura layout (LAY);

Projeto de Sinalização Interna (SII);

Projeto Civil:

Anteprojeto de Instalações de Prevenção e Combate a Incêndio, Detecção de fumaça e Sprinklers;

Anteprojeto de Instalações Hidrossanitárias e de Águas Pluviais;

Anteprojeto Estrutural e Fundações em Concreto Armado;

Projeto Anti - incêndio com Extintores (EXT);

Projeto Anti - incêndio com Hidrantes e Extintores (HXT);

Projeto Hidrossanitário e/ou de Águas Pluviais (HIA);

Projeto de aproveitamento de Águas Pluviais (APL);

Projeto de Fundação e Terraplanagem;

Projeto estrutural de concreto armado (ECA);

Projeto de Impermeabilização (IMP);

Projetos de Instalações Elétricas:

Anteprojeto de Entrada de Energia;

Anteprojeto de Instalação Elétrica : luminotécnico, comum, estabilizada e emergência;

Anteprojeto de Instalação Elétrica - Usina de Descentralização de Energia Fotovoltaica;

Anteprojeto de Cabeamento Estruturado (voz e dados);

Anteprojeto de Segurança - Alarme contra Roubo e Intrusão, CFTV e Controle de Acesso;

Projeto de Entrada de energia (EEN);

Projeto de SPDA (SPD);

Projeto Luminotécnico (LMT);

Projeto de Elétrica de Energia de Rede Comum (ERC);

Projeto de Elétrica de Energia Estabilizada (EEE);

Projeto de Instalação Elétrica - Rede Ininterrupta (GMG);

Projeto Instalação Elétrica - Usina de Descentralização de Energia Fotovoltaica (EEF);

Projeto de Cabeamento Estruturado - Rede Logica (CAE);

Projeto de Segurança - Alarme (ALM);

Projeto de Segurança - CFTV (CFT);

Projeto de Segurança - Controle de Acesso (CTA);

Projeto de Entrada de Telecomunicações (TLC);

Projeto de Automação e Inteligência Predial (AIP);

Projeto de Automação - Subsistema ar condicionado (AAC);

Projeto de Automação - Subsistema energia elétrica (AEE);

Projeto Mecânica;

Anteprojeto de Ar condicionado - Expansão Direta - incluindo renovação do ar e exaustão;

Projeto com Mini-split - unitário de até 5TR (MNS);

Projeto de Central de água gelada com uso de chillers (CAG) ;

Transporte Vertical;

Orçamento;

Orçamento Detalhado por Itens (ODT);

Coordenação e compatibilização de projetos (COO)

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As áreas e quantitativos da edificação no local foram apuradas com base na implantação das edificações propostas no documento 15868037 e aprovadas pela DEA/CGPLAM/DLOG/PF no Despacho 15880199 e pelo GAB/DPF/CAC/PR no Despacho 15889101.

A partir desta planta e de outros documentos, obteve-se a seguinte tabela de área:

| Descrição | Área | Área de Projeção |
|----------------------------|--------------------------|-------------------------|
| Terreno | 10.411,97 m ² | ----- |
| Prédio principal | 2.239,56 m ² | 2.665,10 m ² |
| Estande de tiro e academia | 440,84 m ² | 576,77 m ² |
| Canil | 125,46 m ² | 176,23 m ² |
| Guarita | 121,41 m ² | 121,41 m ² |

Com base na tabela acima, chegou-se a seguinte estimativa de quantidades:

| Serviço | Quantidade | Unidade | Justificativa |
|--|------------|----------------|--|
| Levantamento Topográfico e Cadastral | 10411,97 | m ² | Área total do terreno |
| Sondagem tipo SPT | 120 | m | Área de projeção total = 3.539 /1983, serão necessários 12 fu profundidade estimada de 10m |
| Projeto de Terraplenagem | 10.411,97 | m ² | Área do terreno. |
| Projeto de Arquitetura | 2.927,27 | m ² | Soma das áreas de todas as ed |
| Projeto Estrutural | 2.927,27 | m ² | Soma das áreas de todas as ed |
| Projeto de Instalações Elétricas e Telefônicas | 2.927,27 | m ² | Soma das áreas de todas as ed |
| Projeto de CFTV e Controle de Acesso | 2.927,27 | m ² | Soma das áreas de todas as ed |
| Projeto de Automação Predial | 2.927,27 | m ² | Soma das áreas de todas as ed |

| | | | |
|---|----------|----|--------------------------------------|
| Projeto de Detecção e Alarme | 2.927,27 | m² | Soma das áreas de todas as ed |
| Projeto Hidrossanitário | 2.927,27 | m² | Soma das áreas de todas as ed |
| Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico | 2.927,27 | m² | Soma das áreas de todas as ed |
| Projeto de Ar Condicionado, Exaustão e Pressurização | 2.927,27 | m² | Soma das áreas de todas as ed |
| Projeto de Elevadores | 2.239,56 | m² | Área da edificação principal (1(es). |
| Projeto de Aparas-balas (estande de tiro) | 1 | vb | Um Aparas-balas no estande de |
| Caderno de encargos, especificações e normas técnicas | 1 | vb | Documentação referente a tod |
| Memorial descritivo e memória de cálculo | 1 | vb | Documentação referente a tod |
| Cronograma físico (PERT/COM e GANTT) e físico-financeiro detalhado e planilha orçamentária sintética e analítica com composições de preços unitários, encargos sociais, cálculo de BDI, dentre outros | 1 | vb | Documentação referente a tod |

Lembrando que maiores detalhes serão devidamente minudenciados no Termo de Referência e seus anexos.

8. Estimativa do Valor da Contratação

As áreas e quantitativos da edificação existente no local foram apuradas com base em projetos existentes e em levantamento arquitetônico 15868037 feito por estudos pela equipe do GTED/FIG/PF/SR/PR.

A partir do levantamento feito foram estimados soluções, etapas e custos para o desenvolvimento deste Estudo, conforme discriminado no item 15 - ANEXO I e item 16 - ANEXO II deste ETP;

Lembrando que maiores detalhes serão devidamente minudenciados no Termo de Referência e seus anexos.

O valor máximo que a Administração se propõe a pagar foi estimado com base em planilha SINAPI 07/2020 proposta pela Caixa Econômica Federal, resultado de estudos, conforme planilha orçamentária, perfazendo o montante descrito na planilha abaixo:

| ITEM | CUSTO ESTIMADO |
|--|----------------|
| CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS, EM PLATAFORMA BIM (<i>Building Information Modeling</i>), À EXECUÇÃO DA NOVA DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CASCAVEL/PR. | R\$ 317.494,47 |
| | |

VALOR TOTAL**R\$ 317.494,47**

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O art. 23, § 1º da Lei 8.666, dispõe: "As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

O método utilizado para avaliar se o objeto é divisível, levando em consideração o mercado fornecedor, podendo ser parcelado caso a contratação assegure, concomitantemente é o apresentado a seguir:

O parcelamento deverá ser técnica e economicamente viável:

No caso em tela, o parcelamento se mostra técnica e economicamente inviável, pois para o cumprimento eficaz do objeto do contrato, o parcelamento traria descontinuidades perigosas à eficácia na execução do serviço, ou conforme aludido por Fernandes, 2010: "Na comparação parcelamento x solução integrada evidenciada nesse estudo, aduz-se que a sistemática do gerenciamento integrado vem sendo absorvida como a de melhor vantagem, uma vez que além de representar avanço de gestão, controle e redução de gastos, e permitir a unicidade de objeto, suprime problemas de continuidade dos serviços contratados, garantindo-lhes a um só tempo celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos.". Portanto, para a unicidade do objeto, ou seja, para a perfeita execução da obra de demolição, fica impraticável o parcelamento da contratação.

O parcelamento não poderá acarretar em perda de escala:

O parcelamento do objeto desta contratação representa perda de economia de escala tendo em vista que os serviços são correlatos e dependentes. Os projetos devem ser elaborados por equipe multidisciplinar em contato direto um com outro, tendo em vista que um influencia no outro. Caso um projeto não seja entregue, haverá grandes prejuízos na execução da obra ou até mesmo a sua impossibilidade.

O parcelamento deverá gerar o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

Os serviços pretendidos fazem parte do mesmo segmento de mercado das empresas especializadas, não implicando em restrição de competitividade.

O Termo de Referência trará em si algumas justificativas para o não parcelamento do objeto (solução), destacando-se:

É lícito o agrupamento de itens a serem contratados por meio de pregão, desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si (Acórdão TCU nº 5.260/2011 – 1ª Câmara).

É legítima a adoção da licitação por lotes formados com elementos de mesma característica, quando restar evidenciado que a licitação por itens isolados exigirá elevado número de processos licitatórios, onerando o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração (Acórdão TCU nº 5.301/2013 – 2ª Câmara);

É favorável o agrupamento em lotes com itens de mesmas características, para fins de licitação, como forma de conferir maior competitividade ao certame (Decisão TCU nº 393/1994 – Plenário e Acórdão TCU nº 808/2003 – Plenário);

O elevado número de procedimentos para seleção poderia tornar bem mais oneroso o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte que poderia colocar em risco a economia de escala e a celeridade processual, comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração. Dessa forma, para o caso concreto, a licitação por itens isolados poderia trazer indesejáveis riscos à administração pública, mostrando-se adequado, pois, o agrupamento desses itens em lotes, com elementos de mesma característica. (Acórdão TCU nº 5.310/2013 – Segunda Câmara);

Ainda, o entendimento dos Tribunais de Contas tem sido o de que o parcelamento ou não do objeto da licitação deve ser auferido sempre no caso concreto, perquirindo-se essencialmente acerca da viabilidade técnica e econômica do parcelamento e da divisibilidade do objeto, e que "a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto" (Acórdão TCU nº 732/2008);

Segundo Carvalho Carneiro acerca do conceito de viabilidade técnica e econômica, o mesmo informa que "a viabilidade técnica diz respeito à integridade do objeto, não se admitindo o parcelamento quando tal medida implicar na sua desnaturação, onde em risco a satisfação do interesse público em questão".

O Professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, no Parecer nº 2086/00, elaborado no Processo nº 194/2000 do TCDF, ensina que: *"Desse modo a regra do parcelamento deve ser coordenada com o requisito que a própria lei definiu: só se pode falar em parcelamento quando há viabilidade técnica para sua adoção. Não se imagina, quando o objeto é fisicamente único, como um automóvel, que o administrador esteja vinculado a parcelar o objeto. Nesse sentido, um exame atento dos tipos de objeto licitados pela Administração Pública evidencia que embora sejam divisíveis, há interesse técnico na manutenção da unicidade, da licitação ou do item da mesma. Não é, pois, a simples divisibilidade, mas a viabilidade técnica que dirige o processo decisório. Observa-se que, na aplicação dessa norma, até pela disposição dos requisitos, fisicamente dispostos no seu conteúdo, a avaliação sob o aspecto técnico precede a avaliação sob o aspecto econômico. É a visão jurídica que se harmoniza com a lógica. Se um objeto, divisível, sob o aspecto econômico for mais vantajoso, mas houver inviabilidade técnica em que seja licitado em separado, de nada valerá a avaliação econômica. Imagine-se ainda esse elementar exemplo do automóvel: se por exemplo as peças isoladamente custassem mais barato, mesmo assim, seria recomendável o não parcelamento, pois sob o aspecto técnico é a visão do conjunto que iria definir a garantia do fabricante, o ajuste das partes compondo todo único, orgânico e harmônico. Por esse motivo, deve o bom administrador, primeiramente, avaliar se o objeto é divisível. Em caso afirmativo, o próximo passo será avaliar a conveniência técnica de que seja licitado inteiro ou dividido".*

Leciona, ainda, o Professor Jacoby que *"a unicidade do objeto pode ser a sistemática mais adequada, pois mão de obra, materiais e equipamentos se licitados no processo tradicional, podem acarretar um possível descompasso entre os processos licitatórios, acarretando a solução de continuidade dos serviços e aumento do custo da gestão de diversos contratos, trazendo prejuízos à Administração e aos usuários". Além disso, "pela modalidade de solução integrada todos os investimentos são custeados pela empresa CONTRATADA, numa espécie de parceria público-privada na qual o investidor abarca o caráter empreendedor para prestar os serviços, liberando os servidores para o exercício das suas atividades fins".*

Por fim, o ilustre mestre ainda discorre no mesmo Parecer mais algumas vantagens, tais como: a redução dos custos administrativos com várias licitações e dos custos gerenciais de vários contratos, maior possibilidade de negociação de preços com o pacote serviços + equipamentos, com a diminuição do valor estimado da licitação e taxa de administração, a eficiência dos equipamentos; a garantia da padronização dos serviços e o gerenciamento da logística de forma centralizada.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Os serviços objeto desta contratação são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O Plano Estratégico da Polícia Federal – 2010/2022, atualizado pela Portaria nº 4453/2014-DG/DPF, de 16 de maio de 2014, no item 6.2 do anexo I, prevê que a Polícia Federal deve manter as unidades em pleno funcionamento, sobretudo em situações adversas, como um dos fatores críticos para o sucesso da instituição, contribuindo para que se atinjam os seguintes fatores críticos de sucesso:

Pessoal motivado;

Apoio logístico efetivo;

Credibilidade mantida;

Otimização dos Serviços ao Usuário/Cidadão;

Gestão de Obras e Infraestrutura.

Nessa linha, foi instituído pelo mesmo instrumento anterior que um dos objetivos institucionais é a otimização do emprego de bens e recursos materiais, de forma a modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização com ações estratégicas em Gestão de obras e Infraestrutura – ampliando suas instalações e modernizando sua infraestrutura, na Gestão de Contratos – acompanhando e controlando sistematicamente a execução dos mesmos; nas compras – orientando, formalizando, executando e gerenciando as atividades de aquisição de bens e serviços, e na Gestão Patrimonial – desenvolvendo, sistematizando e implementando mecanismos de planejamento, padronização, controle e otimização de processos.

Além disso outros fatores críticos de sucesso mencionados no Plano Estratégico da Polícia Federal são:

Infraestrutura adequada - Dispor de edificações e mobiliário adequados para o desempenho das atividades, de modo a oferecer tratamento equânime aos Servidores e exemplar atendimento aos cidadãos.

Recursos de C&T atualizados - Dispor de recursos e de técnicas específicas para o acompanhamento e desenvolvimento de níveis mais avançados em matéria de Ciência e Tecnologia.

É nítida a relação entre contrato pleiteado e a política estratégica da Polícia Federal de manter as unidades em perfeito funcionamento, visando garantir o funcionamento correto e adequado;

O projeto em questão está diretamente alinhado a Ação Estratégica do órgão de Gestão de Projetos assim descrita: “Implementar a cultura de gestão de projetos, de modo que as tarefas desempenhadas o sejam segundo as melhores práticas de elaboração, execução e gerenciamento de projetos, a fim de agregar valores e melhorias aos processos internos do órgão, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.”

Plano Anual de Obras 2020/2021

O PLANOB 2020/2021 consolida as diretrizes e identifica as prioridades para obras e serviços de engenharia do DPF, sendo peça fundamental para correta fruição do dinheiro público, sem a qual haveria incertezas quanto a utilização e destinação das verbas dispensadas ao DPF.

Portanto a contratação pretendida abrange vários aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento da sua atividade fim.

12. Resultados Pretendidos

A contratação do objeto desta licitação pretende gerar os seguintes resultados em relação aos projetos:

Economia na elaboração dos projetos considerando que não haverá necessidade alocação de servidores para esta finalidade;

Elaboração de soluções de projetos modernos, econômicos e atualizado com as tecnologias atuais de mercado levando em consideração que os profissionais que atuam no mercado de trabalho estão mais atualizados que a maioria dos servidores que estão trabalhando fora da área de construção civil.

O contrato a ser firmado visa a atender às necessidades do órgão no que se refere à perfeita execução dos serviços, favorecendo o desempenho das atividades fim e meio da Polícia Federal, no âmbito do Estado do Paraná.

Com relação a construção de uma nova sede para a PF em Cascavel/PR, os resultados pretendidos são os seguintes:

Construção totalmente adequada as normas de Acessibilidade e do Corpo de Bombeiros;

Melhoria na produtividade dos servidores tendo em vista uma estrutura que tenha os mínimos padrões de conforto e qualidade necessários;

Melhoria dos serviços oferecidos ao público (passaporte, estrangeiros, etc.) com espaços adequados e em conformidade com as exigências legais.

Espaço adequado para estacionamento de viaturas de modo a resguardar o patrimônio e sigilo no caso de viaturas veladas;

Oferecer uma estrutura completa com local apropriado para treinamento dos policiais;

Oferecer uma estrutura adequada para o setor K9 da Polícia (cães farejadores);

Possibilitar a economia de energia com a utilização de equipamentos modernos que consomem menos energia além de geração fotovoltaica;

As edificações que abrigam repartições públicas como quaisquer outras, precisam ser pensadas para atender as necessidades, bem como ter uma manutenção e conservação de baixo custo.

13. Providências a serem Adotadas

Cronograma com todas as atividades necessárias à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores:

O contrato está orientado para estreitar o relacionamento funcional entre a equipe de fiscalização da PF/PR, a empresa contratada e os usuários. Os servidores da Polícia Federal poderão ser indicados a fazer parte da comissão de fiscalização do contrato. O fiscal será auxiliado pelos servidores designados. A execução dos serviços é de competência da empresa contratada.

Necessidade de capacitação de servidores para atuarem na fiscalização:

Caso não haja servidores capacitados para a fiscalização da execução dos serviços na unidades da PF no PR, deverão ser recrutados servidores de outras unidades para tal fim.

Mapa de Riscos, os riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não ocorram em tempo:

Mapa de riscos anexada ao processo.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Sustentabilidade:

Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;

Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória;

Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual;

Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

A empresa ou o consórcio de empresa que vier a ser contratado também adotará as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 08 de outubro de 2003;

Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

Realizar programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 40/2020, Instrução Normativa nº 05 /2017 – SEGES/MPDG, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e ao objeto da contratação, bem como o devido atendimento às demandas de negócio formuladas.

Além disso, os benefícios pretendidos são adequados; os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade; os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

Por todo o exposto, a contratação do evento não é apenas viável, mas imprescindível para um bom resultado e desempenho de uma nova edificação, que trará, além da economia na execução, com as melhores técnicas do mercado, uma adequada manutenção da saúde e bem estar dos servidores e usuários dos serviços públicos, a garantia da atuação da Polícia Federal no âmbito de suas atividades, no combate aos crimes e auxiliando a população nos serviços oferecidos, fazendo-se sempre uso da dinâmica de melhor atendimento e utilização dos recursos públicos.

Assim, declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos o serviço proposto.

16. Responsáveis

Portaria DPF/FIG/PR - Portaria 84/2020

JORGE LUIZ DONDONI

Agente de Polícia Federal - Eng. Civil CREA 90.471-D

Portaria 84/2020 - DPF/FIG/PR

LUCI DE ANDRADE CRUZ

Escrivã de Polícia Federal - Chefe do SELOG/DPF/FIG/PR